

V. 20 N. 1
JAN-JUN 2021

ISSN
Versão Impressa 1677-7603
Versão Online 2447-9047

Diálogos
possíveis

1. MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, UFRB - UESB.
<http://lattes.cnpq.br/7544934480298955>
2. MESTRANDA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, UNIFACS.

Como citar este artigo:

Pereira ERM, Greve CVS. Possibilidades de análise para a questão da pobreza no Estado da Bahia.

Revista Diálogos Possíveis, v. 20, n. 1, 136-154, jan/jun de 2021.

Recebido: 17.11.2020

Aprovado: 15.02.2021

Possibilidades de análise para a questão da pobreza no Estado da Bahia

POSSIBILITIES OF ANALYSIS FOR THE ISSUE OF POVERTY IN THE STATE OF BAHIA

Érico Rodrigo Mineiro Pereira¹
Camila Valverde Santana Greve²

RESUMO

O objetivo do presente artigo foi comparar as perspectivas epistemológicas em Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), procurando ao mesmo tempo nuances de aplicação dessas perspectivas na análise da desigualdade social apontada pela Superintendência de Estudos Socioeconômicos da Bahia (SEI) para esse Estado em determinado período. Lançando mão de pesquisa documental e bibliográfica, concluiu-se que as duas primeiras epistemologias se apresentam como as mais adequadas para o objetivo aqui proposto, na medida em que as tessituras sociais focalizadas – Estado da Bahia, e a própria pesquisa em que se apoia este artigo mostram-se mais aderentes. Para uma utilização mais intensa do instrumental weberiano, seriam necessários que outros elementos teóricos estivessem presentes nos estudos da SEI. Ademais, restam avalizados os chamados clássicos das ciências sociais, desde que presentes os requisitos de que se compõem suas epistemologias.

Palavras-Chave: perspectivas epistemológicas; desigualdade social; conhecimento científico.

ABSTRACT

The aim of this article was to compare the epistemological perspectives in Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) and Max Weber (1864-1920), while seeking nuances of application of these perspectives in the analysis of social inequality pointed out by the Superintendence of Socioeconomic Studies of Bahia (SEI) for this State in a given period. Using documentary and bibliographic research, it was concluded that the first two epistemologies are the most appropriate for the objective proposed here, to the extent that the focused social tessituras – State of Bahia, and the research on which this article is based are more adherent. For a more intense use of Weberian instrumental, it would be necessary that other theoretical elements be present in the studies of SEI. Moreover, the so-called classics of the social sciences remain endorsed, provided that the requirements of which their epistemologies are present.

Keywords: epistemological perspectives; social inequality; scientific knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre os chamados métodos em Ciências Sociais em Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), objetivando estabelecer estudo comparativo entre as três perspectivas epistemológicas e analisar nuances de aplicação dessas perspectivas à desigualdade social apontada pela Superintendência de Estudos Socioeconômicos da Bahia (SEI)¹ nesse Estado. Especificamente, se fará, num primeiro momento, a apresentação do

panorama histórico-científico pós-idade média, com as transformações características ali ocorridas. Num segundo momento, a apresentação sucinta das formas de pesquisa social originárias no pensamento dos três autores citados no título do artigo. Por fim, nuances de aplicação dessas perspectivas ao resultado de estudos realizados pela SEI. Justifica-se na necessidade de apresentar saídas a um problema social verificado na realidade empírica da Bahia, o qual atinge diretamente a vida de 14.016.906 (SEI, 2017, p. 35). A inquietação que move essa pesquisa é: quais nuances poderiam ser elencadas dado o contexto empírico que se tem em vista e as teorias aludidas? Este artigo utilizou como método instrumental a pesquisa bibliográfica e documental, no que fez uso principalmente dos textos discutidos em Teoria Social Contemporânea e Metodologia Aplicada às

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais. Salvador: SEI, 2014 (Série Estudos e Pesquisas). SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Manchas de Pobreza e Desenvolvimento Regional na Bahia. Salvador: SEI, 2017 (Série Estudos e Pesquisas).

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

Ciências Sociais, e apresenta como inquietação os níveis de desigualdade verificados no Estado da Bahia (SEI 2014, 2017). Além desta introdução, haverá outras três partes. A primeira delas põe em relevo o conhecimento humano e o método, buscando nos gregos os pioneiros, bem como uma contextualização com as transformações vividas por sociedades ocidentais nos séculos XVIII e XIX no que tange aos aspectos histórico e científico. Em segundo lugar, breve exposição dos elementos componentes das perspectivas epistemológicas referidas. Em terceiro, painel com a exposição resumida de um quadro empírico para aplicação eventual dessas análises. Em quarto lugar, análise relacionado quadro empírico trabalhado e métodos, a fim de buscar as nuances pretendidas. Por fim, metodologia utilizada e considerações finais, com as eventuais respostas encontradas na pesquisa feita, além de perspectivas para possíveis estudos complementares.

2 CONHECIMENTO E TRANSFORMAÇÕES - SÉCULOS XVIII E XIX

O ato de conhecer é um desafio aos seres sociais desde muito tempo. A começar dos primeiros anos de vida à vida nos primeiros agrupamentos humanos da história, homens e mulheres observaram ao seu redor e perguntaram sobre isto e

aquilo, bem como sobre as implicações disto e daquilo para sua sobrevivência enquanto espécie presente na biosfera. Certamente perguntaram um dia sobre fenômenos e elementos naturais como a lua e o sol, astros muitos presentes, bem como sobre as estrelas e suas implicações para sua vida em local tão diferente e distante daqueles em que elas estavam. Pensaram acerca da morte, da vida que parecia ter deixado o corpo de ente querido, dada a sua falta de risadas, choros e até mesmo lamentos. Pensaram a respeito da comida e da melhor forma de tê-la sempre à mão, concluindo finalmente por fixar-se cerca de 15 mil anos atrás quando do mesolítico², algo que também envolvia conseguir meios mais eficientes para se protegerem contra intempéries e outros seres. A vida humana na história teria sido, assim, uma grande epopeia dividida ou mesmo possibilitada entre a existência diária e a resposta a questões fundamentais prosaicas à vida. De tanto pensar e refletir, criaram formas específicas de ter alguma explicação acerca desses então mistérios. Do mito, com deuses e deusas determinando sua vida dos atos mais complexos aos mais simples, deram um passo e fizeram emergir a filosofia, na

² MUNFORD, L. **A Cidade na História** – suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed.; São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

Grécia, notadamente nas pessoas de três destacados pensadores do período clássico grego (séculos V e IV a. C): Sócrates, Platão e Aristóteles. O método, diga-se, possuía nesse contexto papel edificante para a formação do cidadão, algo que faz pensar de como a anda a ocupação e preocupação de governos e governantes brasileiros e baianos com a educação pública e geral para seus cidadãos.

“Entre 1980 e 2000, de acordo com Riani (2005), a taxa de distorção idade-série referida ao ensino fundamental brasileiro declinou de 78% para 54%. Todavia, como os dados disponibilizados pela autora informam, no final do século XX, mais da metade dos que participavam desse nível de ensino não cursavam a série compatível com sua idade. Nos anos que se seguiram, diferentes políticas governamentais ocasionaram uma retração mais acentuada dessas taxas, que, em 2006, foi da ordem de 28,4%, e em 2010, de 23,6%. Na Bahia, tal retração também foi evidenciada. Entre 2006 e 2010, a taxa de distorção idade-série para o ensino fundamental passou de 46,10% para 38,10%. No entanto, enquanto no último desses anos a distorção na rede particular atingia 7,2% dos matriculados nesse nível de ensino, na rede pública, era de 41,4% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014)” (SEI, 2014, p.82).

Além de formar cidadãos, era necessário pensar com método. Somente assim ter-se-ia conhecimento válido e universal como resposta a problemas e formulações. O senso comum também produz conhecimento, embora não sistemático, fragmentado e de utilização pouco generalizante. Insuficiente, portanto, para as necessidades gerais de uma dada sociedade, complexa e ampla por si própria, com problemas específicos e gerais, mas preñe de características comuns conforme o contexto e a época. Como fazer educação para todos de forma eficiente e eficaz? Que teorias ensinar e como fazê-lo? E a questão dos alimentos e dos empregos necessários à sociedade? Qual a melhor forma de gerar empregos? E a distribuição da riqueza? Como se dará? Na origem ou no resultado? Estado planejado ou voltado para regras de mercado? Finalmente, como tratar a desigualdade? Perguntas várias, preocupações várias, e o conhecimento sistemático como único possível para dar conta dos desafios postos, ainda mais candentes em sociedades sabidamente desiguais como a brasileira³. Nesse

³ Segundo Piketty, “[...] a despeito do aumento das desigualdades nas décadas recentes, se compararmos a situação de hoje com a de 100 anos atrás, ou com o século 19, a desigualdade é bem menor do que antes. Uma das exceções é o Brasil, onde a desigualdade ainda é muito grande, maior até do que na Europa do século 19 ou do começo do século 20. [...]. Tanto a crise financeira de 2008 quanto a atual pandemia em 2020 poderiam nos ajudar a compreender que precisamos de um sistema econômico mais equilibrado, justo e

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

diapasão, após o longo período chamado Idade Média (“do século V ao XII, com as invasões bárbaras e a fragmentação política resultante; e do século XI ao XIV, com a ressurreição do comércio e da manufatura e à passagem da atividade econômica, de local a regional”)⁴, desenvolveram-se técnicas de produção econômica no contexto das transformações históricas e científicas que desembocaram na ascensão e consolidação da burguesia enquanto classe dominante. O pensamento tradicional medieval cedia, neste contexto, espaço como explicação da sociedade. Citando Carlos Nelson Coutinho, Tonet (2013) afirma que “[...], três características podem sintetizar a concepção de mundo elaborada pelos pensadores burgueses nesse primeiro período que vai do século XV ao século XIX. [...]” (2013, p. 66).

São elas: o humanismo (a teoria de que o homem é produto da sua própria atividade), o historicismo concreto (a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana) e a razão dialética (em seu duplo aspecto, isto é, de uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (...)) e aquele das

categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva) (TONET, 2013, P. 66 – destaque do autor).

Na continuidade de seu raciocínio Tonet (2013) afirma que “[...]. Marx certamente é herdeiro, embora não sem uma crítica superadora, desta tradição” (TONET, 2013, P. 66). Para entender e explicar a quantidade de modificações que atingia sociedades ocidentais, além de Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) também davam suas contribuições. Após August Comte (1798-1857), ao qual se confere certa “particular proeminência”, “[...], sobretudo por que ele realmente inventou a palavra “Sociologia” (GIDDENS, s/d, p. 28 – **aspas do autor**), Durkheim aponta a necessidade de fazer nascer essa ciência enquanto campo próprio do conhecimento. “Os escritos de Durkheim abarcaram um aspecto amplo de tópicos. “[...] a importância da sociologia como uma ciência empírica, a ascensão do indivíduo e a formação de uma nova ordem social, as fontes e o caráter da autoridade moral na sociedade [...]” teriam se destacado (GIDDENS, s/d, p. 29). Max Weber (1864-1920), “Em comum com outros pensadores de seu tempo, procurava entender a natureza e as causas da mudança social. Ele foi influenciado por (Karl) Marx, mas também era extremamente crítico com algumas das principais concepções de

sustentável do que temos tido nas últimas décadas. [...] No contexto atual, talvez seja o caso de pensarmos em soluções mais globais para questões como a desigualdade. [...]” (PIKETTY, 2020).

⁴ HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

Marx. [...]” (GIDDENS, s/d, p. 32). Por sua vez, “As ideias de Karl Marx [...] contrastam radicalmente com as de Comte e Durkheim, mas, como esses últimos, ele buscava explicar as mudanças que estavam tendo lugar na sociedade durante a época da Revolução Industrial. [...]” (GIDDENS, s/d, p. 31).

3 PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS EM MARX, DURKHEIM E WEBER

De pronto, sobre o método em Karl Marx (1818-1883), pode-se afirmar com Tonet (2013) que “[...] a maioria dos autores marxistas – [...] – se limita a comentar aquela passagem referente a *O método da economia política* ou a extrair a problemática do método apenas da leitura de *O Capital* [...]” (2013, p. 72). Criticando esta característica, aquele autor afirma que “[...]. Tende-se, assim, a enveredar por um caminho – gnosiológico – que é o exato oposto daquele proposto por Marx, [...]” (2013, p. 72). A questão não é “[...] entender o método apenas como método” [...]” (idem). “[...]. Ignora-se que, para Marx, a pergunta relativa ao modo como se conhece a realidade vem precedida por uma outra referente à questão; o que é a realidade” [...]” (p. 72). O caminho, ao contrário da gnoseologia, portanto, é o ontológico. “Somente uma teoria geral do ser social (ontologia do ser

social) poderia responder” [...] (TONET, 2013, p. 68) a questões como essa. Economistas clássicos, antecedentes de Marx e inauguradores da forma sistemática como passou a ser o campo científico que trataria dos fatos econômicos, não procuravam saber o que era a realidade e quais eram as determinações desta realidade. Perguntas sobre a natureza do Estado, por exemplo, ficavam ilusas aos seus questionamentos e inquirições. Tudo se passava como se se tratasse de algo definível e bastante por si mesmo, sem outras considerações como, por exemplo, os relacionamentos existentes entre as classes sociais que sob este ente se organizavam. Yamamoto (1994) critica a dedução nos Economistas Clássicos, afirmando em oposição o materialismo histórico que...

Marx [...] começa indicando que usualmente na Economia, começa-se pelo real e pelo concreto – assim, pela população. Contudo, a observação mais atenta coloca em evidência a inadequação de tal procedimento, uma vez que a população é uma abstração (se desprezados classe social, que por sua vez pressupõe trabalhador assalariado, e assim por diante). Desta forma, teríamos uma representação caótica do todo. Através da análise, contudo, encontraríamos conceitos cada vez mais simples ou, “do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

determinações as mais simples” (p. 116). Neste momento, deve-se iniciar o retorno, até voltarmos à população, mas não como “uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (p. 116)” (YAMAMOTO, 1994, p. 44 – **Destaque do autor**).

A realidade não se apresentaria, à primeira vista, tal como ela de fato é. No olhar de Karl Marx (1818-1883), era necessário buscar o porquê das coisas por meio de um percurso de ida e volta do real ao abstrato e do abstrato ao real, principalmente para evitar falsificações e fantasmagorias. “[...] Marx afirma, [...], que o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese e não como ponto de partida (embora ponto de partida efetivo e portanto, da intuição e representação). [...]” (YAMAMOTO, 1994, p. 45). Assim, o concreto pensado é algo mais complexo do que a simples visão da realidade, pois que passou por um intenso processo de questionamento e crítica. No exemplo buscado há pouco, viu-se o Estado, procurou-se por suas determinações, formou-se um conceito na mente, voltou-se à realidade para confrontar com esse conceito, o que resultou num concreto pensado, em algo feito à *posteriori*, não a *priori*.

Émile Durkheim (1858-1917), influenciado pelo pensamento iluminista da época em que viveu na Europa, quando o positivismo era o método predominante de construção de conhecimento científico, estruturou o pensamento sociológico quando apresentou o seu método com regras relativas à investigação, e definiu claramente o fato social e suas características como objeto de pesquisa. “[...] nosso método é objetivo. Ele é inteiramente dominado pela ideia de que os fatos sociais são coisas e como tais devem ser tratados [...]” (DURKHEIM, 2007, p. 148). Neste sentido ele quis definir como coisa aquilo que é dado à observação, sujeito à objetividade, a um crivo científico. Um primeiro passo seria a neutralidade, ou seja, o investigador deve descartar as suas pré-noções sobre o fenômeno ou fato social para não correr o risco de “contaminação” da investigação. O segundo passo é a definição das categorias de fatos sociais e sua classificação baseado em características comuns a eles. Nesta etapa de definição e classificação ele distingue as categorias normal e a patológica, sendo o normal aquele que se adequa a um padrão social determinado, em determinada sociedade e em determinado tempo, ressaltando a importância da causalidade dos fatos. Para finalizar o método, as duas etapas finais são a explicação do fato social e a prova. A explicação do fato social só pode ser

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

feita a partir de outro fato social e não de ações individuais. Para a prova deve ser aplicado o método comparativo (DURKHEIM, 2007). Ele “[...] considera que, em primeiro lugar, a sociedade não pode tomar posição por nenhuma doutrina social, nenhuma ideologia [...]”, devendo o sociólogo fazer silêncio sobre o individualismo, o socialismo, o liberalismo, a luta operária e os proprietários (LOWY, 1985, p. 42). “[...] Também, para Durkheim, o sociólogo deve se rodear de todas as precauções possíveis contra sugestões irracionais. Opor a essas paixões irracionais a calma e a imparcialidade científica, o sangue-frio” (idem, ibidem).

Para resumir esta história, acho que não existe nada melhor que uma história famosa, do Barão de Münchhausen, famoso personagem de histórias infantis da Alemanha, personagem fanfarrão, sempre contando vantagens e relatando aventuras incríveis. O Barão de Münchhausen estava em seu cavalo quando afundou em um pantanal. O cavalo foi afundando, foi afundando, o pântano já estava quase chegando à altura do ventre do cavalo e o Barão, desesperado, não sabia o que fazer, temendo morrer ali junto ao seu cavalo. Nesse momento, ele teve uma ideia genial, simples como o ovo de Colombo: ele pegou-se pelos seus cabelos e foi puxando, puxando, até tirar a si mesmo e depois o cavalo, saindo ambos, de um salto, do pantanal (LOWY, 1985, p. 43).

Max Weber (1864-1920) viveu na época dos grandes debates entre os defensores do positivismo, que dominavam os meios científicos, e os seus críticos. Ele é um clássico do pensamento sociológico e também fundador da sociologia. Diferentemente de Durkheim, que considerava em primeiro plano o fato social “desprezando” a dimensão individual, Weber tem como ponto de partida exatamente compreender a ação social do indivíduo. “A originalidade de Weber é não ter ele cortado as estruturas e instituições sociais da atividade multiforme do homem, que é ao mesmo tempo o seu obreiro e o dono de suas significações” (FREUND, 2003, p. 68). Para ele, a sociologia deve ser compreensiva, porque seu objeto de estudo é a ação humana. Ao estabelecer o método de interpretação, Max Weber (1864-1920) uniu compreensão e explicação, para dar sentido à ação social. Ele criou uma tipologia das ações, para entender qual tipo de ação predominou na história. Para as ações mais regulares ele criou modelos que chamava de tipo ideal. Este aspecto estatístico de repetição do objeto foi adotado tanto por Weber como Durkheim, por este, ao considerar a generalidade do fato social. O comportamento individual para Weber influencia a sociedade e tem autonomia diante dela. O método é dotado de subjetividade ao fazer um esforço interpretativo do comportamento do

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

individual. Para Weber a sociedade era influenciada pelo indivíduo e o considerava a unidade mínima de análise sociológica (DIAS, 2003). Para Lowy (1985), Weber “Max Weber não foi um autor positivista em seu sentido clássico. Teve algumas divergências muito importantes com o positivismo e o único ponto em que ele converge com o pensamento positivista é na ideia da ciência social livre de juízos de valor” (p.45). “[...], as pressuposições da pesquisa são subjetivas, dependem de valores, mas os resultados da investigação devem ser inteiramente objetivos, isto é, válidos para qualquer investigador, seja qual for o seu ponto de vista, [...]” (idem, p. 50). Ao contrário de Durkheim e Marx, “[...] ele não acreditava, “[...], que as estruturas existiam externa ou independentemente dos indivíduos. Ao contrário, ele acreditava que [...] eram formadas por uma complexa interação de ações”. Para esse pensador alemão, “[...] Era o trabalho da sociologia compreender os significados por trás daquelas ações” (GIDDENS, s/d, p. 32).

4 FORMAÇÃO HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO NA BAHIA

Tendo posto nas seções anteriores a perspectiva epistemológica e histórica da construção do conhecimento, cabe nas próximas seções iniciar a abordagem da

questão empírica, relacionada aos dados do campo de recorte especial deste estudo.

A Bahia e o Brasil se resumiam a um mesmo desafio no processo de colonização territorial empreendido pela metrópole portuguesa no século XVI, haja vista serem a mesma área geográfica então efetivamente conhecida. Capitânias hereditárias e sesmarias, neste processo, representavam as formas eleitas pela coroa portuguesa para dar alguma funcionalidade ao imenso território, principalmente frente às ameaças de invasão representadas por outras potências europeias. Em 1534, assim, Dom João III faria as “primeiras cartas de doação” (TAVARES, 2008, p. 83) passando a terceiros grandes pedaços de terras para que ocupassem e explorassem. Dentre outros, destacar-se-iam nesse processo como posseiros – outra forma de ocupação, “as famílias da Casa da Torre (os Dias de Ávila, depois associados aos Pires de Carvalho e Albuquerque) e da Casa de Nizza (os Guedes de Brito e os Saldanha da Gama)” (TAVARES, 2008, p. 88).

Na geografia assim formada se conformariam no século XXI as áreas sobre as quais refletiria mais tarde a Superintendência de Estudos Socioeconômicos da Bahia (SEI) com a pesquisa acerca do desenvolvimento socioeconômico desse Estado. Analisados

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

sob as dimensões Demografia, Saúde, Educação, Renda e Moradia, os 417 municípios baianos foram agrupados em cinco grupos, dentre os quais um se destacou pelas piores condições para a pobreza: o B (SEI, 2014). De uma nova divisão, desta feita do agrupamento B, saíram as chamadas Manchas de Pobreza, do que se sobressaíram as Manchas São Francisco e Nordeste como as mais mal avaliadas nos indicadores socioeconômicos acima citados. Diga-se que o fator Renda foi aquele que transversalmente figurou dentre os grandes entraves para o alcance de certo nível regional de desenvolvimento (SEI, 2017, p. 70).

O conceito “desenvolvimento econômico” é algo relativamente novo, datando do século XX. Revelou-se em momentos como a crise de 1929, quando milhões de pessoas ficaram desempregadas e postas em situação de fome e miséria. Sobre esse conceito, “[...] Uma primeira corrente de economistas, [...], considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda “[...] entende que o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. [...]” (SOUZA, 2012, p. 05). Controvérsias à parte, sociedades ocidentais, dos dois lados do Oceano Atlântico, se viram obrigadas a discutir o conceito, no momento em que o livre funcionamento

das forças de mercado falhou na alocação eficiente de recursos prevista. Desempregados queriam empregos, renda e comida. O próprio país precisava de recursos para investir em assuntos sociais candentes. E o funcionamento do mercado, sem amarras, tal como prescrevera o economista Jean Baptiste Say (1767-1832)⁵, não tinha dado conta da tarefa.

O vocábulo “regional” aplicado ao conceito “desenvolvimento” também é relativamente novo. “O elemento espaço não aparece na análise econômica tradicional: [...]” pois que “[...] a teoria clássica e neoclássica fundamenta-se em um mundo estático e sem dimensões, ... [...]” (SOUZA, 1981, p. 01). Tal quadro teórico de referência não prevaleceu por muito tempo, porém. As “[...] crescentes desigualdades regionais na renda *per capita* são uma prova [...] de que o fator

⁵ “Há ainda outro ponto fundamental a ser explicado na “lei de Say”. Não resta dúvida de que um produtor, ao criar uma determinada quantidade de bens ou serviços de certo valor, está automaticamente criando para si mesmo um potencial poder de compra de mesmo valor. Ou seja, a venda de seus produtos lhe fornece um montante de dinheiro igual ao valor daquela venda. Mas isso ainda não é suficiente para demonstrar que esse poder de compra será efetivamente usado. Se não o for, isso significa que um segundo produtor estará deixando de vender mercadorias para o primeiro, e portanto, a produção deste não terá criado efetivamente sua respectiva demanda. Assim, para que a demanda *efetiva* seja igual à produção, é preciso que o poder de compra gerado por esta última seja realmente realizado, o que, por sua vez, requer outras condições: uma demanda potencial (ou necessidade) ilimitada e a inexistência de entesouramento” (MIGLIOLI, 1982, p. 22).

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

espaço é um elemento importante a ser levado em consideração [...]” (idem, p. 03). Ascendiam, assim, os estudos econômicos que incluíam o espaço como variável importante para explicação dos efeitos resultantes da concentração e localização industrial em certas áreas. Pochmann e Silva (2020) apontam as desigualdades sociais em consequência ao desenvolvimento regional desequilibrado do Brasil. Em recorte histórico a partir da transição economia agroexportadora e industrial, quando a riqueza acumulada em virtude da cultura do café serve como financiadora de atividades industriais, afirmam a desigualdade social enquanto categoria importante da realidade, haja vista a existência desse produto agrícola predominantemente em determinada região do país. Sudeste.

A desigualdade regional, marcada por estruturas produtivas distintas, padrões variados de ocupação e renda, assim como estruturas diferenciadas do sistema educacional, produz tecidos sociais igualmente distintos, cuja combinação resulta na preservação do abismo que separa territórios prósperos daqueles marcados pela pobreza. À medida que conseguem compor uma base sólida de acumulação de capital, os estados mais ricos tendem a manter a liderança econômica, distanciando-se dos estados mais pobres a cada nova tentativa de estímulo ao crescimento, dadas as limitações das políticas de desenvolvimento no tocante à incorporação de

variáveis de equalização de forças entre os entes federativos, particularmente no que se refere ao sistema educacional e à infraestrutura logística (POCHMANN; SILVA, 2020, pp. 7-8).

Destaque ao potencial representado neste contexto pela educação e a infraestrutura econômica. A Bahia participa e padece desta problemática, reproduzindo em seu interior igual disparidade econômica entre suas regiões com reflexos na situação socioeconômica de seus habitantes. Dezoito de seus municípios produzem 70% da riqueza estadual. “Essa concentração espacial pode ser observada, em maior magnitude, em quatro cantos do estado, vistos aqui como os extremos geográficos da Bahia, o que contrasta com uma pobreza espalhada e diferenciada por/em diversas porções do território estadual, [...]” (SEI, 2014, p. 07). “São áreas razoavelmente distintas umas das outras e com vários territórios entre elas, nos quais, de modo geral, predomina ainda a agricultura familiar de baixo dinamismo econômico relativo, [...]” (SEI, 2017, p.08). No quadro abaixo vê-se um apanhado da situação socioeconômica do Estado da Bahia, algo que decorre desse processo desequilibrado de desenvolvimento a que se referiram diretamente a SEI e indiretamente Pochmann e Silva (2020).

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

Quadro 1. Pobreza na Bahia e nas Manchas de Pobreza.

Outros Fatores Explicativos da Pobreza e das Manchas de Pobreza	SEI	“[...] Educação deficiente e moradia inadequada criam dificuldades para uma inserção produtiva relativamente mais virtuosa e hábitos saudáveis no dia a dia; renda monetária insuficiente implica jornadas de trabalho exaustivas e incorporação de mão de obra infantil ao processo produtivo, além de, em muitos casos, alimentação deficiente; saúde debilitada leva ao baixo rendimento escolar e produtivo, entre outras tantas relações passíveis de enumeração (SEI, 2017, p. 26).
Sobre o fator Saúde	SEI	“A cultura, a religião e a existência de organizações sociais, tanto para o processo produtivo como para o enfrentamento de outras carências, são elementos que contribuem para explicar a questão da pobreza e suas diferenças em relação às quatro Manchas” (SEI, 2017, p. 26).
Sobre o fator Educação	SEI	“Outro importante elemento a contribuir para a compreensão das características, similaridades e diferenças da pobreza entre as Manchas é a gestão pública, ou seja, a forma como são implementadas as políticas públicas pelos poderes locais. [...]” (SEI, 2017, p. 26).
Fatores Renda e Moradia – Mancha e Limítrofe	SEI	“[...] há uma alta participação dos municípios das Manchas, em relação aos Limítrofes, nas primeiras posições do escalonamento dos Fatores renda e moradia. Por sua vez, esta situação parece não se repetir nos <i>rankings</i> dos fatores demografia, educação e saúde, onde são observados comportamentos diferenciados em cada uma das Manchas” (SEI, 2017, p. 67).
Preponderância do Fator Renda	SEI	“O Fator renda é o que possui os mais altos valores. No denominado Grupo B, ao qual pertencem os municípios das Manchas ora estudados, pode-se constatar que, na maioria destes (cerca de 70%), o Fator renda encontra-se entre os patamares mais elevados, comparativamente aos seus municípios Limítrofes” (SEI, 2017, p. 67).
Fatores Educação e Saúde	SEI	“Os Fatores educação e saúde, por seu turno, encontram-se submetidos a universalidade das ações das políticas públicas, pois as populações pobres das áreas estudadas são dependentes dos serviços públicos, que, por sua vez, são determinados pelo formato dessas políticas. Isto pode explicar a menor intensidade desses fatores em relação a renda e a moradia. As maiores dispersões dos Fatores educação e saúde mostram que, enquanto conformadores de uma pobreza dita multidimensional, estes se apresentam de maneira mais diferenciada nas áreas em análise” (SEI, 2017, p. 68).
Fator Demografia	SEI	“No caso do Fator demografia são encontradas situações diferenciadas em cada Mancha. No Conjunto Nordeste, por exemplo, que possui 36 municípios (sendo 14 da Mancha de pobreza e 22 do grupo de Limítrofes), verifica-se que dez municípios da Mancha, correspondentes a 71% do total, situam-se entre os 14 com os maiores valores (intensidades), revelando considerável influência e frequência desse Fator na Mancha em questão. Em relação ao mesmo Fator, agora para o Conjunto Litoral, que abarca 39 municípios (sendo 14 da Mancha e 25 do grupo de Limítrofes), o resultado é diverso: apenas seis municípios da Mancha encontram-se entre os 14 com os valores mais avultados, representando 42,9% do total

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

		de municípios da própria Mancha. Em outras palavras, e comparativamente, o Fator demografia, enquanto contribuinte ou agravante das condições de pobreza, revela-se mais incidente na Mancha Nordeste do que na Mancha Litoral, que denota dispersão do Fator ao apresentar, também em seu entorno, municípios com intensos problemas demográficos” (SEI, 2017, p. 69).
Fatores Renda, Demografia, Educação, Moradia e Saúde – medianas e dispersões	SEI	<p>“[...] comparado aos demais Fatores que apresentam, de modo geral, intensidades e dispersões distintas, o Fator renda destaca-se com grande relevância como aquele de maior intensidade” (SEI, 2017, p. 70).</p> <p>“Ainda em relação a esse Fator, os Conjuntos Litoral e Sudoeste são os que apresentam os menores valores medianos. Nesse sentido, entende-se que, nesses dois Conjuntos, há uma menor incidência relativa da falta de recursos monetários enquanto elemento componente – e central – das diversas carências relacionadas à pobreza. Em contrapartida, os Conjuntos Nordeste e São Francisco despontam com os de maiores valores medianos, permitindo inferir que a escassez de renda monetária possui grande influência nessas porções do território estadual, particularmente no que se refere às manifestações mais agudas do fenômeno da pobreza, com repercussões óbvias para a sua própria reprodução” (SEI, 2017, p. 70).</p> <p>“Já os Fatores demografia, educação, moradia e saúde apresentam, de modo geral, menores intensidades e maiores dispersões para os quatro Conjuntos analisados. Embora jamais assumam valores medianos tão intensos como o relacionado à renda, esses Fatores, quando combinados, ganham especial relevância, expressando importantes carências típicas da pobreza. Quanto ao Fator demografia, vale frisar que ele sofre influência dos demais Fatores e, nesse sentido, seus principais indicadores são reflexo das condições econômicas, sociais e culturais das próprias regiões em que se situam as Manchas de pobreza” (SEI, 2017, p. 70).</p>
Manchas, Limites e Suas Inserções na Dinâmica do Desenvolvimento Macrorregional	SEI	“[...] no limite, pode-se afirmar que as condições efetivas de renda e moradia estão ligadas à dinâmica socioeconômica local e às suas formas de inserção no capitalismo contemporâneo. Em outros termos, ainda que somados o produto do trabalho e os recursos advindos dos programas governamentais de transferência de renda, previdência e moradia, a noção de pobreza que preside este trabalho, bem como as próprias variáveis de renda nele subsumidas, não supõe que tais indivíduos abandonem sua condição de pobres (SEI, 2017, p. 71).

Elaboração própria. Informações da SEI.

A forma como se insere na divisão nacional do trabalho explica parcialmente essa realidade, haja vista sua condição periférica implicar pouca capacidade de exercer influência política nos rumos que o Brasil assume, constrói e segue (SEI,

2014). A “[...] forte herança histórica de baixo dinamismo econômico desde o século XIX” (idem, ibidem) seria outro fator explicativo para essa falta de homogeneidade em termos de desenvolvimento econômico e possível

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

bem-estar de suas populações. Num contexto como este os estudos da SEI aqui utilizados restam plenamente concretos enquanto possibilidade de pesquisa a uma realidade multidimensionalmente dificultosa para a integração de toda a população em padrões mínimos de desenvolvimento econômico e humano. Acerca dessa problemática

“[...] o desenvolvimento do capitalismo se revela desigual e combinado, criando uma divisão social do trabalho, na qual cada espaço possui e desempenha uma função na dinâmica de acumulação de capital.

Nesse processo, além dos centros de expansão do capital propriamente ditos, vários tipos de periferia e várias formas de subordinação são criadas. Como se sabe, as Manchas de pobreza em questão fazem parte desse processo e configuram uma periferia na divisão social e espacial do trabalho (SEI, 2017, p. 24).

5 QUADRO EMPÍRICO E NUANCES POSSÍVEIS

Em Karl Marx (1818-1883) a sociedade deve ser analisada em seus componentes mínimos para que seja concretamente entendida. Em se tratando do modo de produção capitalista, dever-se-ia focalizar, dentre outros, a população baiana, sem deixar de ver, após esse primeiro passo, os elementos mínimos que a compõem. Classes sociais, formas de subsunção do

trabalho ao capital e condições de remuneração da força de trabalho são inescapáveis no processo. O grau de penetração do capital nas relações econômicas do Estado, idem, haja vista não ser homogêneo o modo de produção capitalista em todas as áreas. “A riqueza das sociedades em que **domina** o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1983, I, 1, p.45 *apud* NETTO, 2012, p.91 – **destaque nosso**). Os quadros há pouco mencionados trazem informações que incluem a renda como fundamental na determinação da pobreza verificada na Bahia. Observe que o fator renda, tal como ali destacado, representa influência relevante em outros indicadores e no contexto das Manchas de Pobreza. Netto (2012) afirma que “[...] a distribuição da riqueza social está determinada pelo regime de produção – logo, na sociedade burguesa, essa distribuição faz-se sob o comando do capital e em detrimento dos trabalhadores” (NETTO, 2012, p. 133 – **destaque do autor**). Vale a pena destacar, em contraponto, “[...] que a vida social nem de longe se esgota ou reduz a tais condições materiais [...]” (idem, p. 75), querendo ele com isso de referir aos processos de produção e reprodução da vida material dos seres sociais.

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

Ao contrário de Karl Marx (1818-1883), que focaliza a produção da vida material para entender o sistema econômico capitalista e leva-lo a transformações, Max Weber (1864-1920) não leva em consideração o materialismo histórico (GIDDENS, s/d), pelo que se veria obrigado a ter em conta a luta de classes como determinante. Ao invés de focalizar os fatores econômicos, “[...]. Ele sustentava que as motivações e as ideias humanas eram as forças por trás das mudanças – ideias, valores e crenças tinham o poder de ocasionar transformações” (idem, p. 32). Nos termos do painel empírico informado acima, para compreender a Bahia e seu quadro socioeconômico nas Manchas metodologicamente construídas, seria necessário, assim, entender a cultura e a religião locais com suas ações e omissões interferentes na superação ou construção da pobreza. Isso poderia incluir o nível de poupança historicamente praticado na região, no que poderiam elas ter servido de impulso inicial a investimentos. A burocracia estatal e as formas de organização da sociedade, respectivamente, também seriam aspectos a serem vistos, na medida em que interferem na qualidade dos serviços públicos prestados e no trato com as estruturas de poder (se vertical ou horizontal). A propósito, “[...]. Weber utiliza tipos ideais em seus escritos sobre

formas de burocracia e sobre o mercado” (GIDDENS, s/d, p. 34). Relembrando as condições necessárias à realização de estudos neste autor, “[...], as pressuposições da pesquisa são subjetivas, dependem de valores, mas os resultados da investigação devem ser inteiramente efetivos, isto é, válidos para qualquer investigador, seja qual for o seu ponto de vista, suas pressuposições morais ou políticas (LOWY, 1985, p.50).

Por fim, em Émile Durkheim (1858-1917) o importante é enxergar o fato social como exterior e influenciador do indivíduo em seu cotidiano. Assim, em última instância, aspectos referidos nos quadros a que se fez alusão – economia e religião inclusos, devem ser olhados dessa maneira, exigindo-se do pesquisador, da pesquisadora o necessário distanciamento a fim de que o resultado esteja livre das pré-noções e preconceitos dos indivíduos. Indivíduos, aliás, que não existem em seu método. Para ele, “[...] as sociedades têm uma realidade própria – ou seja, [...] a sociedade é mais do que simplesmente as ações e os interesses de seus membros individuais. [...]” (GIDDENS, s/d, p. 28). Admitindo-se, portanto, o fato social nestes termos, resta plenamente possível entender e compreender as condições de pobreza demonstrada nos estudos da SEI (2014; 2017).

6. METODOLOGIA

Em primeiro lugar, registra-se que o presente artigo teve por base empírica as pesquisas realizadas pela Superintendência de Estudos Socioeconômicos (SEI) sobre a desigualdade social na Bahia. Todo o texto, assim, nasce necessariamente enviesado pelo que ali se adotou como metodologia, muito embora tenham sido envidados os esforços necessários a uma pesquisa minimamente equilibrada em termos de resultados. Quanto ao mais, baseou-se inicialmente nos textos ANDERY (1996), HUNT (2005), HUGON (1980), PIKETTY (2020), GIDDENS (s/d), LAKATOS (2003), MUNFORD (2004) e TONET (2013) para abordar a questão do conhecimento e das transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX, quanto à questão econômica e científica, e ao próprio método, processo que envolveu também modificações históricas e geográficas. Para o assunto perspectivas epistemológicas em Marx, Durkheim e Weber lançou-se mão não somente de literatura principal como também de autores auxiliares, comentadores. Assim foram utilizados DURRKHEIM (2007), DIAS (2003), FREUND (2003), LOWY (1991), WEBER (1997) e YAMAMOTO (1994), com o que se objetivou não somente desenhar as respectivas epistemológicas trabalhadas,

mas também estabelecer um debate necessário entre os seus componentes teóricos. No desenvolvimento do tema formação histórica e desenvolvimento na Bahia foram imprescindíveis as próprias pesquisas realizadas pela SEI (2014, 2017), bem MIGLIOLI (1982), NETTO (2012), POCHMANN (2020), SOUZA (1981, 2012), os quais abordaram questões mais amplas sobre o capitalismo, necessárias ao enquadramento teórico desse sistema de produção e da Bahia nesse contexto, bem como o debate sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional, passando por uma visão sobre como se dá a distribuição da riqueza nessa modo de produção. Na penúltima parte do trabalho, as nuances objetivadas são construídas, no que se buscou da viabilidade e possibilidade de sua aplicação para análise da desigualdade social da Bahia, em suas Manchas de Pobreza.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente, no contexto deste estudo, que a realidade vivida pela população baiana é acometida pela pobreza. A aproximação dos métodos em Weber, Durkheim e Marx a uma análise da realidade socioeconômica baiana é um exercício que reflete e reforça a complexidade deste cenário.

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

Ao apropriar-se do método Weberiano, que preconiza que as transformações sociais são frutos de ideias, valores e crenças individuais, constata-se que esta abordagem não está contemplada de forma específica na pesquisa deste artigo, necessitando assim de um outro estudo que possa aprofundar a questão cultural local das regiões mais afetadas e menos afetadas, para assim, entender-se as diferenças e as razões.

Com o intento de avaliar a possibilidade da pobreza como objeto de estudo definido, tendo em vista o método em Durkheim, ela deve enquadrar-se na categoria de fato social. Para tanto, deverá ser vista como um fenômeno social sob três aspectos, o primeiro deles é *ser geral* ou coletivo, que quer dizer ser comum a todos os membros de um grupo, cidade ou região, e a pobreza assim foi retratada neste estudo. O segundo é *ser externo*, ou seja, não é um fenômeno particular, é algo que preexiste ao nascimento de um indivíduo. O cidadão que nasce em uma família, bairro ou região acometidos pela pobreza será acometido por ela, por se tratar do contexto ao qual pertence. O terceiro e último aspecto é o mais complexo nesta aproximação do método, é o *caráter impositivo* do fenômeno. Em certa medida, pode-se afirmar que a pobreza exerce um poder impositivo, ao tempo em que a conjuntura econômica e social de algumas regiões não

oferece oportunidades de desenvolvimento, ao contrário, oferece agravantes para a desigualdade.

Não é necessário muito esforço na aproximação do método em Marx, quando o tema analisado é a pobreza. O processo desequilibrado de desenvolvimento econômico que ocorre nas regiões da Bahia carece de uma análise acerca da história dos modos de produção e formação social econômica no território estudado. Os problemas regionais para Souza (1981), sistematicamente, nascem de disparidades engendradas pela difusão desigual do processo de crescimento no conjunto do espaço econômico nacional, do crescimento explosivo das cidades, das migrações rurais/urbanas e intraurbana, bem como da concentração da atividade econômica e dos desequilíbrios regionais daí resultantes.

Efetivamente se considerarmos, por exemplo, a questão regional, expressa em termos de desequilíbrios econômicos no interior de um mesmo país, a realidade conhecida de modo imediato e o que a tradição marxista trata como efeitos do desenvolvimento desigual do capitalismo, isto é, desenvolvimento desigual das forças produtivas e especificidades na organização dos meios de produção, segundo um

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

ritmo diferencial ligado aos interesses do capital. Desenvolvimento desigual dos setores econômicos, exploração desigual dos recursos naturais, concentração dos meios de produção nas condições mais favoráveis, criação de meios produtivos ou “unidades de produção complexas”, eis as bases econômicas daquilo a que se chama as regiões e as disparidades regionais (CASTELLS, 2020 p.564)

REFERÊNCIAS

ANDERY, M.A [et al.]. **Para compreender a Ciência: uma perspectiva histórica**. 6, ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
DURRKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. Editora Martins fontes, 2007
DIAS, D. V. [et al.] O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Rev. Adm. Contemp.** Vol.7, no.2, Curitiba (PR), Apr./june 2003
GIDDENS, A. **O Que é Sociologia?** [...] FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. 5 ed.; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico** – uma perspectiva crítica. 2 ed.; Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**.

5 ed.; São Paulo: Editora Atlas, 2003

M. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 7 ed., São Paulo, 1991.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

MUNFORD, L. **A Cidade na História** – suas origens, transformações e perspectivas. 4 ed.; São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NETTO, J.P **Economia Política** – uma introdução crítica. 8 ed.; São Paulo: Cortez, 2012.

PIKETTY, T. Crise Empurra Mundo Para Lado dos Que se Preocupam Com Desigualdade, diz Thomas Piketty. **Folha de São Paulo**. Entrevista publicada na edição impressa de 16 de julho de 2020. Disponível na internet em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/crise-empurra-mundo-para-lado-dos-que-se-preocupam-com-desigualdade-diz->

Vulnerabilidades sociais convocam políticas públicas

thomas-piketty.shtml. Acesso a 09 de agosto de 2020.

POCHMANN, M; SILVA, L. C. Concentração Espacial da Produção e Desigualdades Sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.22, 2020.

SOUZA, N. de J. Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. 6 ed.; São Paulo: Atlas, 2012. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NA BAHIA. Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais. Salvador: **SEI**, 2014 (Série Estudos e Pesquisas).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Manchas de Pobreza e Desenvolvimento Regional na Bahia**. Salvador: **SEI**, 2017 (Série Estudos e Pesquisas).

TONET, I. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1997.

YAMAMOTO, O.R. **Marx e o Método**. 1 ed.; São Paulo: Editora Moraes, 1994.

Diálogos
POSSÍVEIS

REVISTA DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Editor: Professor Doutor José Euclimar Xavier Menezes

Centro Universitário Social da Bahia (UNISBA)

Avenida Oceânica 2717, CEP – 40170-010
Ondina, Salvador – Bahia.

E-mail: dialogos@unisba.edu.br
Telefone: 71- 4009-2840